



## “FRANCISCO: RECONSTRÓI A MINHA IGREJA”: PERFIL DE UMA IGREJA VERDADEIRAMENTE SINODAL

### “FRANCIS: REBUILD MY CHURCH”: PROFILE OF A TRULY SYNODAL CHURCH

CELSO PINTO CARIAS

**Resumo:** O Sínodo sobre a sinodalidade (comunhão, participação e missão) convocado pelo Papa Francisco, está pautando o caminhar da Igreja Católica no momento. O presente artigo é uma tentativa de olhar para o futuro, estabelecer alguns pontos no debate para que este processo possa ser vislumbrado com esperança. Nele se indicará alguns elementos considerados importantes para, de fato, realizar um caminhar juntos, conforme o significado da palavra Sínodo. Trata-se de estabelecer princípios norteadores nos quais se possa perceber, para além do discurso, a construção de uma Igreja na qual o conjunto dos batizados se sinta parte integrante.

**Palavras-chave:** Pobre, Ministérios, Participação, Decisão, Sociedade, Fraternidade.

**Abstract:** The Synod on Synodality (Communion, Participation and Mission) convened by Pope Francis is currently guiding the journey of the Catholic Church. This article is an attempt to look to the future, to establish some points in the debate so that this process can be glimpsed with hope. It will indicate some elements that are considered important to, in fact, make a journey together, according to the meaning of the word Synod. It is about establishing guiding principles in which one can perceive, beyond discourse, the construction of a Church in which all the baptized feel an integral part.

**Keywords:** Poor, Ministries, Participation, Decision, Society, Fraternity.

## Introdução

O discurso do Papa Francisco, em 17 de outubro de 2015, por ocasião do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, é uma síntese paradigmática, onde ele afirma: “O caminho da



sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”. E ainda cita a conhecida frase de São João Crisóstomo: “Igreja e Sínodo são sinônimos”.

A fundamentação teológica e eclesiológica de uma Igreja Sinodal está dada. O documento da Comissão Teológica Internacional (2018) é uma referência que indica com evidência tal fundamento.<sup>1</sup> Além disso, também têm surgido comentários de qualidade que ratificam a dimensão sinodal como constitutiva da Igreja.<sup>2</sup>

O Documento Preparatório (DP) divulgado na abertura do processo sinodal convocado por Francisco em outubro de 2021 é de uma transparência fantástica: “Com efeito, o nosso *caminhar juntos* é o que mais implementa e manifesta a natureza da Igreja como Povo de Deus peregrino e missionário”. E o *Vademecum*, documento de orientação prática divulgado na mesma ocasião também não deixa dúvida: “De fato, a sinodalidade não é tanto um acontecimento ou um slogan, mas um estilo e uma forma de ser pela qual a Igreja vive a sua missão no mundo. A missão da Igreja exige que todo o Povo de Deus esteja num caminho em conjunto, com cada membro a desempenhar o seu papel crucial, unidos uns aos outros”.

Contudo, o próprio Papa Francisco tratou de nos lembrar no discurso de 2015 citado acima: “Aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo está já tudo contido na palavra ‘sínodo’. Caminhar juntos – leigos, pastores, Bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática”.

Ora, é justamente sobre como colocar o “processo sinodal” em prática que esta reflexão pretende tratar. Tudo indica que ninguém se atreverá dizer que a dimensão sinodal não seja constitutiva da Igreja. Mas o que entender por “constitutiva”? Que interpretação se fará deste processo? De outubro de 2021 até o agora temos visto pouco entusiasmo com o Sínodo: Comunhão, Participação e Missão. Ousamos indicar que exista até certa insatisfação com tal convocação. É verdade que apenas os ultraconservadores demonstram isso explicitamente. Porém, a ausência de um conjunto de iniciativas que ultrapassem a formalidade do que é pedido no *Vademecum*, por parte de um bom número de dioceses, indica nitidamente que não se espera exatamente aquilo que o documento preparatório preconiza. Voltaremos a ser verdadeiramente sinodais no século XXI?

Assim sendo, faremos um exercício de projetar o perfil desta possível Igreja Sinodal que se abre neste século. Mas será uma reflexão feita a partir daquilo que a própria Igreja Católica

.....  
<sup>1</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2019.

<sup>2</sup> Um bom exemplo: AQUINO JUNIOR, F.; PASSOS, J. Décio (Org.). *Por uma Igreja sinodal: reflexões teológico-pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2022.



Apostólica Romana acumulou de reflexão e prática nos últimos dois milênios. Por incrível que pareça, sem novidades. Não ousaremos propor possibilidades de práticas que possam inclusive, legitimamente, ter base bíblica e teológica, mas apenas caminhos que já foram feitos e podem ser aperfeiçoados diante da nova realidade social, política, econômica e cultural que estamos vivendo. Afinal, o cristianismo sempre esteve em diálogo com a realidade, mudando aquilo que não é essencial para continuar fiel ao projeto de Jesus Cristo.

Para traçar o perfil de uma Igreja Sinodal, apontaremos sete perspectivas, sete horizontes, sobre os quais se podem contestar ou acrescentar, mas que não se pode deixar de buscar, se queremos reencontrar, como disse São Paulo VI na *Evangelii Nuntandi*, lá pelos idos de 1975, o vigor missionário da evangelização:

- O que é que é feito, em nossos dias, daquela energia escondida da Boa-Nova, suscetível de impressionar profundamente a consciência dos homens?
- Até que ponto e como é que essa força evangélica está em condições de transformar verdadeiramente o homem deste nosso século?
- Quais os métodos que se deverão seguir para proclamar o Evangelho de modo que a sua potência possa ser eficaz? (EN 4)

## 1. Uma Igreja sinodal deve ser uma Igreja pobre com os pobres<sup>3</sup>

Se somos seguidores e seguidoras Daquele que não tinha onde “reclinar a cabeça” (Mt 8,20), não podemos ostentar, em nome muitas vezes de uma teologia da glorificação, como no caso das vestes litúrgicas, uma vida de luxo e acumulação. Santo Oscar Romero, parafraseando Santo Irineu, dizia que a “Glória de Deus é que o pobre viva”. Ou seja, a Igreja precisa testemunhar aquilo que prega.

São Paulo VI lembra por seis vezes na *Evangelii Nuntiandi* (números 6, 15, 21, 2, 41 e 76) – 1975 – a importância do testemunho para a Igreja. No 41 ele chega mesmo a reconhecer que está sendo repetitivo, e conclui este parágrafo dizendo:

Será, pois pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo, numa palavra, testemunho de santidade.

.....  
<sup>3</sup> Em livro publicado por mim e minha esposa, dedico um capítulo inteiro sobre este tema (Por uma Igreja pobre). CARIAS, C. P.; CRUZ CARIAS, A. de J. *Outra teologia é possível, outra Igreja também*. Petrópolis: Vozes, 2016.



Ao longo da história do cristianismo, muitas vezes, fez-se necessário lembrar o caminho da pobreza evangélica como fator fundamental para dar continuidade à missão deixada pelo Nazareno. Começando pelos Evangelhos (Bem-aventurados os pobres), passando por Inácio de Antioquia, por Francisco de Assis, e agora o testemunho do Papa Francisco, temos muitos exemplos desta necessidade. Eles fazem memória do quanto não se pode separar a convicção da salvação gratuita de Deus em Jesus Cristo, de uma vida que seja sinal dessa mesma irrupção salvífica no meio da história humana. A consumação se dá na plenitude escatológica, mas o caminho precisa ser feito com uma fé que, na história do mundo, seja defensora dos valores do Reino de Deus.

Em seu livro sobre Jesus Cristo, o teólogo Joseph Ratzinger, Bispo Emérito de Roma (Bento XVI), confirma um consenso hoje em cristologia: “O conteúdo central do Evangelho diz: o Reino de Deus está próximo. É colocada uma marca no tempo, algo de novo acontece. E é exigida uma resposta do homem a esta oferta: conversão e fé. O centro deste anúncio é a mensagem da proximidade do Reino de Deus”,<sup>4</sup> isto é, o centro da mensagem de Jesus é o anúncio do Reino de Deus. E mais adiante confirma que a centralidade do Reino passa pelo pobre.<sup>5</sup>

O que a grande maioria dos santos e santas, canonizados ou não, fizeram para se identificar com Cristo? Não largaram riquezas e poderes para testemunhar o amor de Deus revelado em Jesus Cristo? A instituição que representa o Cristo não deveria tomar o mesmo caminho dos santos e santas? É impossível que uma instituição possa se articular e se organizar de modo simples e austero, com despojamento e frugalidade? Uma instituição que representa Aquele que viveu uma vida terrena sem aliança com poderes de força, como o poder militar e político, também não poderia ser um testemunho de vida institucional que viva apenas do necessário para cumprir a missão? Assim não se garantiria um pouco mais de fidelidade ao Caminho deixado pelo Filho do Homem aos seus seguidores? No entanto, muitas vezes, parece reinar no interior da instituição eclesial o medo daquele jovem rico de Mateus 19,16-22, que não quis dar aos pobres para ajuntar um tesouro no céu. Necessitamos, urgentemente, de uma conversão institucional.

.....  
<sup>4</sup> J. RATZINGER. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007, p. 58.

<sup>5</sup> “Por outro lado, a pobreza de que lá se fala também não é uma simples atitude espiritual. É evidente que a atitude radical que nos foi e nos é apresentada por tantos verdadeiros cristãos, desde o pai do monaquismo Sto. Antão até S. Francisco de Assis e até os exemplarmente pobres do nosso século, não é obrigatória para todos. Mas a Igreja precisa sempre, para estar em comunhão com os pobres de Jesus, dos grandes renunciadores; ela precisa das comunidades que os seguem, que vivem na pobreza e na simplicidade e que assim nos mostram a verdade das bem-aventuranças, para sacudir a todos que estejam despertos, para compreenderem a propriedade apenas como serviço, para contraporem à cultura do ter uma cultura da liberdade interior e assim criarem os pressupostos para justiça social”. Ibid., p. 81.



Assim sendo, o ponto de partida para uma Igreja Sinodal é a identificação institucional do Caminho realizado pelo Cristo. Uma Igreja em saída rumo às periferias territoriais e existenciais.<sup>6</sup>

## 2. Uma Igreja sinodal deve ser toda ela ministerial<sup>7</sup>

Uma das palavras-chave do processo sinodal é *participação*. Uma pergunta fundamental se desdobra daí: o que se entende por participação? Em um mundo onde a maior parte da população é convidada, mesmo com limitações, a participar das várias esferas de decisão, a Igreja não pode separar os fiéis entre aqueles que decidem e os/as que obedecem.

Fazer um Sínodo, desta envergadura, para somente aperfeiçoar o modo como os ministérios existentes deveriam se comportar diante dos desafios seria um esforço sem sentido. Não se trata de ampliar de tal forma a organização ministerial da Igreja a ponto de fazer desaparecer a especificidade das diversas vocações. Mas também não é possível manter uma centralização quase exclusiva no ministério ordenado.

Diversas dioceses pelo Brasil e por toda América Latina, após o Concílio Vaticano II, fizeram experiências exitosas que demonstraram uma vitalidade evangélica enorme. Contudo, o exagero de colocar nas mãos de uma única pessoa (masculina) todo o poder sagrado, só propiciou mais desvios do que acertos. A necessidade em ter, a qualquer custo, ministros ordenados, levou a ordenação de muitos homens despreparados, conseqüentemente a evangelização perdeu muito em qualidade.<sup>8</sup>

Se o Segundo Testamento não é parâmetro para a organização da estrutura ministerial na Igreja, então o que seria? Lavar os pés, eis a essência dos ministérios (Jo 13,12-15). O trabalho teológico já demonstrou, suficientemente, que o cristianismo nasceu e se desenvolveu dentro de uma estrutura amplamente participativa. Se levarmos em consideração o contexto social e político da época na qual nasceu o cristianismo (não havia democracia no sentido moderno), podemos afirmar, tranquilamente, que a organização dos serviços foi montada para que todos pudessem se sentir inseridos na comunidade. Como os fiéis católicos se sentem hoje? Parece-nos que seja mais um sentimento de súditos, em relação ao ministério hierárquico, do que de

.....  
<sup>6</sup> O teólogo Francisco de Aquino Júnior tem insistido, com razão, que este é o ponto de partida fundamental. Em artigo publicado na REB, ele fundamenta bem tal posição: sinodalidade como “Dimensão Constitutiva da Igreja”: retomando e aprofundando a eclesiologia conciliar. REB, Petrópolis, v. 82, n. 321, p. 8-23, jan./abr. 2022, p. 08-21.

<sup>7</sup> Na obra citada na nota 3, tenho um capítulo no qual desenvolvo mais este tema: *Ser sinodal é ser ministerial*.

<sup>8</sup> O Pe. Agenor Brighenti conduziu uma pesquisa quanto ao perfil dos padres novos, extremamente relevante. Foi publicado o primeiro volume: *O novo rosto do clero: perfil dos padres novos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2021. Em breve será publicado um segundo volume, no qual terei participação.



irmãos e irmãs. Parecemos mais consumidores de um serviço religioso do que corresponsáveis pelo Caminho deixado pelo Mestre Jesus de Nazaré. Caminho, conforme os textos paulinos, encarnado logo no primeiro momento de organização do processo missionário: apóstolos, profetas, doutores (catequistas), benfeitores, diáconos e diaconisas, etc.

Pode-se perfeitamente, sem trair em nada a tradição eclesial, alargar o horizonte de participação em quatro direções fundamentais: o Ministério da Palavra, o Ministério da Liturgia, o Ministério da Coordenação e o Ministério da Solidariedade, incluindo neste último a dimensão política em sentido da busca do bem comum.

A reflexão teológica possui um acúmulo bastante significativo quanto à questão dos ministérios. Praticamente não existe nada de novo que possa ser acrescentado. No entanto, quando se busca divulgar tal reflexão, parece que estamos diante de uma situação na qual ainda se redescobre possibilidades que, para muitos, soa como completamente nova, e para outros até como heresia. Estamos vivendo, na atual conjuntura, um momento difícil de ser entendido por camadas significativas da população. Trilhar o caminho da vida, em sintonia com a fé no Deus de Jesus Cristo, vem se tornando uma tarefa a ser lembrada com frequência. Assim sendo, se queremos manter vivo o legado do Cristo, a dimensão ministerial em uma Igreja Sinodal não poderá faltar.

### 3. Uma Igreja sinodal deve ampliar o modo como se decide

O Papa Francisco tem insistido, com razão, que a Igreja não é um parlamento, não é uma ONG. De fato, quando se toca no assunto de ampliar mecanismos de participação e decisão, é possível logo esbarrar no contraponto de que a “Igreja não é uma democracia”. E de fato não é. Mas nem por isso precisa ser uma “monarquia absoluta” próxima a uma ditadura. Não somos súditos, somos irmãos e irmãs.

Certamente a expressão mais contundente da não compreensão do espírito sinodal é o clericalismo. Em nome de um “poder sagrado” fundamentado na lógica da autorreferencialidade, de centralismos nos quais as decisões são tomadas por uma única pessoa, na perspectiva de que ela tem “mandato divino”, induzem as comunidades católicas a se tornarem espaços de submissão cega e não de fraternidade. A lei passa a ter mais valor que a Bíblia.

Na Igreja Católica o processo de tomada de decisões está regulado pelo Código de Direito Canônico (CIC). Este terceiro item entra aqui porque, nos últimos anos, o clericalismo tem usado o CIC como ferramenta que impede o caminhar juntos. Se não formos capazes de reorientar o direito na direção do serviço ao Povo de Deus, corremos o risco de fazer dele quase um



texto revelado. Não será possível *escutar e participar* em um processo viciado por uma interpretação que vai em direção diametralmente oposta ao Concílio Vaticano II.

Precisamos sim de um Direito Canônico. Mas a Igreja não pode ser apresentada como um conjunto de normas que devem ser cumpridas. Ela deve ser apresentada como um povo que caminha em direção ao Projeto de Jesus Cristo. Por isso, se faz necessário estabelecer critérios de interpretação do CIC. E o critério chave do atual código, como costumava lembrar uns dos professores mais renomados do Brasil em Direito Canônico, Pe. Antônio Pereira, é a eclesiologia do Concílio Vaticano II.

Um pouco antes de morrer Pe. Antônio Pereira deixou publicado um livro que mereceria mais atenção dos que buscam servir a Igreja de forma sinodal.<sup>9</sup> Neste livro ele demonstra que é perfeitamente possível algum tipo de participação dos cristãos leigos e leigas em algumas decisões eclesiais. Cabe aqui uma citação da conclusão do livro:

Ressalto que essa participação nas decisões com voto deliberativo nem teológica nem juridicamente põe em risco a autoridade da Igreja e de seus pastores, como ficou demonstrado em vários lugares deste volume e na minha tese de doutorado devidamente aprovada pela banca de professores da Gregoriana que cito na bibliografia geral.

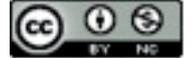
Além disso, leis podem ser mudadas e é perfeitamente possível estabelecer critérios e níveis de participação do laicato sem quebrar doutrinas essenciais. Mas por que o medo de quebrar leis que não mais correspondem à realidade? Suspeitamos que o medo não seja de desvios doutrinais, mas sim relativos à estrutura de poder.

#### 4. Sinodalidade como método para transformação da sociedade

Embora muitos já identifiquem a *crise civilizatória* na qual estamos metidos, ainda não se analisou com profundidade vários aspectos desta crise. Que mundo resultará, se resultará, depois da crise? Tudo indica que precisaremos de novas ferramentas de análise, pois estamos entrando em um novo tempo para a humanidade. Neste sentido, o caminho sinodal proposto por Francisco é também uma ferramenta para testemunharmos um caminho de mudança em nosso mundo.

Como indica Byung-Chul Han, filósofo coreano radicado na Alemanha, autor de *Sociedade do cansaço*, estamos vivendo sob o domínio da *psicopolítica*, isto é, o controle de mentes

<sup>9</sup> PEREIRA, A. da Silva. *Participação dos leigos nas decisões da Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2014.



e corações.<sup>10</sup> Não se trata mais de usar a força bruta, mas um controle que cabe em nossas próprias mãos: o smartphone. Estamos nos tornando exploradores de nós mesmos. Assim também, o nosso Ailton Krenak, em *A vida não é útil*, nos alerta: “Hoje essa cultura de revoluções, de povos que movem e derrubam governos, não tem mais sentido”; e ainda: “Quem vai fazer a revolução contra corporações?”. E Krenak, com sabedoria ancestral, vaticina: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”, no livro *Ideias para adiar o fim do mundo*.<sup>11</sup>

E o Papa Francisco é mais uma voz a somar na esperança de um novo mundo. A partir da Igreja Católica ele convoca todos e todas para um grande diálogo humanitário que leve em consideração que somos natureza. E interpela a mesma Igreja sair das amarras institucionais que não deixam *a liberdade dos filhos de Deus* experimentar a graça de uma realidade onde cada ser humano, homem e mulher, possam viver com dignidade. O Sínodo também deve nos colocar na escuta dos caminhos que o mundo está traçando do ponto vista metodológico, para vislumbrarmos um projeto político a serviço, verdadeiramente, do bem comum. A Igreja precisa ser sal e fermento no meio da massa.

Já foi afirmado, mas é preciso repetir, da Escritura aos documentos eclesiais mais recentes, há o reconhecimento de que a dimensão sinodal é constitutiva da Igreja. Contudo, se essa dimensão não se formalizar na prática, certamente iremos caminhar à revelia do mundo, da realidade e da história, em uma direção um tanto quanto arrogante em relação ao caminho da humanidade. Podemos nos tornar um grande museu.

Mas caminhar exige que saibamos como fazer o caminho. Exige *meto-odos*. Palavra irmã de *sin-odos*. Precisamos de um mapa para fazer o caminho. A escolha de um esquema metodológico não garante, por si mesmo, alcançar o objetivo. Faz-se necessário também um processo pedagógico. Aqui está um equívoco muito comum. Acontece, inclusive, com o famoso *ver, julgar e agir*.

Geralmente o modelo pedagógico, seja ele qual for, no qual se busca realizar o método, se não levar em consideração a autonomia cognitiva e criativa das pessoas que participam, não será um *caminhar juntos*. Poderíamos parafrasear Crisóstomo, afirmando que *sínodo e método são sinônimos*.

.....  
<sup>10</sup> Byung-Chul Han tem várias publicações no Brasil, citamos duas: *Sociedade do cansaço*, Petrópolis/RJ: Vozes, 2017; e *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2014.

<sup>11</sup> KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; e *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



O processo ocidental de construção do conhecimento é extremamente positivista, calcado em mecanismos de repetição, transmissão e fragmentação. Um modelo colonial no qual as culturas são confrontadas com um modelo previamente entendido como superior, sem levar em consideração a riqueza peculiar de cada grupo e pessoa. É preciso destacar que o caminho não é linear. O caminho não é uma estrada plana. Formar não é colocar na fôrma. Assim sendo, se queremos, de fato, resgatar o modelo sinodal dos primeiros tempos do cristianismo, precisaremos buscar, como diz Francisco, caminhar *com o povo*, e não para ou pelo povo. É o que Francisco tem chamado de postura poliédrica.<sup>12</sup>

Cientes de nosso jeito de ser, isto é, que só podemos ser se formos juntos, precisaremos também redescobrir como encaixar o projeto maior do Reino de Deus no meio do mundo, como o cristianismo já fez em outros momentos históricos. A plenitude da salvação não se dá em detrimento do caminho histórico. Cremos que quanto a isso não se faz necessário nenhuma explicação a mais.

Ao longo dos séculos as instituições cristãs acertaram ou erraram ao tentar relacionar os valores fundamentais do Reino com a estrutura de sociedade na qual seres humanos estão inseridos. Infelizmente não é difícil constatar quantas vezes setores significativos das instituições cristãs não foram fiéis na manutenção de um Projeto no qual a dignidade da vida fosse garantida para todos e todas. E hoje podemos ainda falar dos “direitos da natureza”, pois também não podemos ser sem ela.

Portanto, falar de caminho sinodal significa falar não apenas para dentro da Igreja, embora seja necessário, mas também para fora. A Igreja vive no mundo, e nesta relação ela pode, enquanto representada em seus membros, trair os valores fundamentais do Evangelho. O Projeto de Vida de Jesus exige que busquemos vida por dentro da estrutura social. Assim, não podemos, como tem insistido o Papa Francisco, apoiar, por exemplo, uma economia que não distribua com justiça os bens deste mundo. Do contrário, estaremos produzindo uma economia que mata. E por favor, isto não pode ser reduzido a uma ideologia específica, pois bem antes dos tempos modernos, santos e santas buscaram ser sinais da vida desejada por Deus para toda obra da criação e, muitas vezes foram impedidos/as pelos poderosos deste mundo que desejavam, como relata o livro do Gênesis, ser iguais a Deus.

Neste momento da história tudo indica que o modelo de sociedade no qual se busca um crescimento infinito da riqueza, um desenvolvimento que nunca para, que suga a natureza e

.....  
<sup>12</sup> No item 6 vamos desenvolver um pouco mais este conceito.



envenena a vida, não tem como se configurar como projeto. Inspirados na lógica do Bem Viver, do Sumak Kawsay, do Obuntu de nossos ancestrais, precisaremos encontrar uma forma viável de estruturar uma sociedade de paz e justiça, fraternidade e solidariedade, uma sociedade onde o equilíbrio ecológico seja estrutural e não circunstancial, uma *sociedade sinodal*.

E o meio pelo qual um projeto se torna factível se dá pelo conjunto das relações humanas organizada em sociedade, isto é, por meio da política.

## 5. Uma Igreja sinodal se preocupa com a política

O processo de demonização da política levou muita gente a agir se descolando das relações de interesse em sociedade, como se fosse possível. Para justificar boas ações há quem desvincule a mesma de uma relação política, tentando tornar a mesma uma ação pura e completamente neutra.

Ora, a *política* (*polis: cidade, política a arte de organizar a cidade em vista do bem comum*) é parte integrante de toda relação em sociedade. Uma tribo indígena tem política, mesmo que o conceito não seja utilizado como expressão da cultura e da língua falada. Algo tão evidente, mas como meche com poder, fazem questão de tornar confuso, inclusive desqualificando os processos de organização política em sociedade. A chamada neutralidade pode levar a severas omissões no campo da justiça social.

Da *Rerum Novarum*, 1891, do Papa Leão XIII, até hoje, bem como textos das diversas conferências episcopais pelo mundo, temos um conjunto doutrinário da ação social que não deveria nos causar supressa falar de política. A *Fratelli Tutti – sobre a fraternidade e a amizade social* – Encíclica do Papa Francisco, 2020, deveria ser leitura suficiente para entendermos que a política está muita acima de interesses corporativos ou ideológicos. Mas justamente os interesses corporativos querem que a população “odeie” política. Por isso, faz-se necessário *Encantar a Política*,<sup>13</sup> construir um caminho para colocar a reflexão sobre a política na linha das causas sócias legítimas do Evangelho. Creio que muitos estranhariam se lessem um texto do século dezanove, quando ainda não haviam se estabelecidos países de viés comunista, que um Papa dissesse:

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio de miséria imerecida (RN, 2).

.....  
<sup>13</sup> *Encantar a Política* é um projeto iniciado em 2022, elaborado por uma série de entidades vinculadas a Igreja Católica no Brasil, com apoio da CNBB, que visa despertar o interesse pela política partir do incentivo dado pelo Papa Francisco, sobretudo, na Encíclica *Fratelli Tutti*, 2020.



É verdade que no processo de articulação política em sociedade as tentações são muitas. Por isso, precisaremos sempre ficar atentos e atentas para que se busque uma cidadania ativa, na qual as pessoas sejam colocadas como protagonistas e não como meros receptores de favores. Como diz a filósofa espanhola Adela Cortina, “quem não é tratado como cidadão não se identifica como tal”. Não se pode reduzir o povo em consumidores.<sup>14</sup>

O *Sínodo Comunhão, Participação e Missão* é também um convite à utopia. Um convite a outro mundo possível que a Igreja Católica precisa testemunhar a partir de dentro. Um mutirão por terra, teto e trabalho. Assim sendo, unidos a todas as forças vivas que acreditam no grande Projeto do Reino de Deus, vamos seguindo na história. Um convite para que toda Igreja possa refletir, com profundidade, por dentro das entranhas de uma sociedade que não deixa a raiz do amor crescer.

## 6. Uma Igreja sinodal será uma Igreja poliédrica

A imagem do *Poliedro* vem aparecendo nos discursos e atitudes do Papa Francisco algumas vezes. No número 236 da EG (*Evangelii Gaudium*), por exemplo, já se encontra. Mas no seu discurso aos participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, na ex-sala do Sínodo, em 28 de outubro de 2014 ele alarga bem o conceito, embora seja uma citação longa, vale reproduzir:

Sei que entre vós há pessoas de diversas religiões, profissões, ideais, culturas, países e continentes. Hoje estais a praticar aqui a cultura do encontro, tão diversa da xenofobia, da discriminação e da intolerância que vemos com muita frequência. Produz-se entre os excluídos este encontro de culturas no qual o todo não anula a particularidade, o todo não anula o particular. Por isso me agrada a imagem do poliedro, uma figura geométrica com muitos lados diversos. O poliedro reflete a confluência de todas as parcialidades que nele conservam a originalidade. Nada se dissolve, nada se destrói, nada se domina, tudo se integra, tudo se integra. Hoje estais a procurar a síntese entre o local e o global. Sei que estais comprometidos todos os dias em coisas próximas, concretas, no vosso território, no vosso bairro, no vosso lugar de trabalho: convido-vos também a continuar a procurar esta perspectiva mais ampla; que os vossos sonhos voem alto e abracem o todo!

De lá para cá o Papa propõe uma imagem que indica muito melhor o modelo eclesiológico para o mundo de hoje: não se trata de circularidade, onde pode haver o desrespeito pela diferença,

.....  
<sup>14</sup> CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo – para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.



pois corremos o risco de subsumir no interior do círculo; e muito menos de uma pirâmide, onde a base é completamente abafada. Trata-se de contemplar a diversidade como *dom de Deus*, sem uniformidade cultural.<sup>15</sup>

Contudo, quais poderiam ser as consequências práticas desta imagem? De novo, aqui está a questão. Pode-se até aceitar a imagem, mas não agir conforme a imagem. Algumas palavras-chaves que o Papa Bergoglio utiliza muito, *misericórdia, diálogo e discernimento*, são fundamentais para um agir pastoral poliédrico. Cada face tem sua riqueza própria. Parece, nos dias de hoje, que não aprendemos com os Padres da Igreja, como São Justino, com a sua *teologia das sementes do Verbo*.<sup>16</sup> O Verbo de Deus está em todo lugar, até mesmo onde imaginamos que ele não se encontra. Como é grande a tentação de nos colocarmos no lugar de Deus no trabalho pastoral. Somos desafiados/as a encontrar caminhos pastorais que respondam ao homem e a mulher de hoje. Como é difícil, para muitos, perceber que isso não é uma novidade. O cristianismo sempre fez isso.

Sim, reforçamos, ou a sinodalidade penetra com mais profundidade na atual estrutura da Igreja, ou não poderemos mais nos arrojar testemunhas do Caminho de Jesus Cristo. Como bem frisa o DP, torna-se fundamental expressar a dimensão sinodal na forma, no estilo e na estrutura. Certamente a Igreja Católica não acabará, pois a institucionalidade católica é muito consistente. Porém, ficaremos, aos olhos do mundo, como uma grande obra de arte a ser contemplada em uma galeria de museu. Arte que poderá ser reconhecida como bela ou não por muitos, mas cuja capacidade de penetrar as raízes da cultura, como disse São Paulo VI, no número 20 da EN, não será reconhecida.

Comunhão não pode ser um discurso que elimina as diferenças, que abafa a reflexão e os questionamentos necessários para estabelecer consensos. O conceito *comunhão* não foi desenvolvido neste artigo, mas para haver tal expressão na Igreja, não basta um discurso teologicamente bem construído, mas sim uma experiência de fraternidade que nos permita realizar a unidade na pluralidade. Comunhão não é submissão.

.....

<sup>15</sup> Há algum tempo atrás tive uma surpresa do Espírito. Um amigo, o Pe. Luis Miguel Modino, espanhol que trabalha no Brasil, emprestou-me o livro de um bispo também espanhol, Raúl Berzosa Martínez: *Pueblo de Dios, Inculturación y Pobres – Claves teológico-eclesiales del Papa Francisco (Povo de Deus, Inculturação e Pobres – Chaves teológico-eclesiais do Papa Francisco)*, Murcia, Editorial Espigas, 2016. Eu não conheço o bispo, e certamente muito menos ele teria lido algo que eu tenha escrito. Quando chego à página 72, na qual ele começa a elencar dez pontos da eclesiologia do Papa Francisco, no ponto cinco encontro o seguinte: *Há que plasmar uma Igreja ecumênica, de unidade na diversidade; poliédrica e não circular*; ou seja, a percepção desta imagem parece que se alarga.

<sup>16</sup> Uma observação para leitores ou leitoras não iniciados em história da Igreja: “Padres da Igreja” é uma expressão que denota grandes pensadores cristãos, e ao mesmo tempo sensíveis pastoralistas, que foram responsáveis pela base dogmática e doutrinária dos primeiros seis séculos de existência do cristianismo, tais como Santo Inácio de Antioquia, São Justino, São João Crisóstomo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, dentre outros.



## 7. Uma Igreja sinodal será uma Igreja de irmãos e irmãs

Por fim, vamos partir de uma experiência local para o global. Sim, é possível ser Igreja Sinodal no século XXI. Ainda na década de oitenta do século XX, rezamos em Duque de Caxias e São João de Meriti, RJ, A “Oração pelo Sínodo Diocesano”, composta por Dom Mauro Morelli, hoje bispo emérito: “Queremos ser uma Igreja de irmãos, presença nova do Cristo-pastor na Baixada Fluminense”. Muitas vezes essa oração foi rezada em nossas reuniões e encontros. No Brasil e em toda a América Latina várias experiências sinodais aconteceram. Por que, se havia algum problema doutrinário em tais realidades, em vez de simplesmente buscar sua eliminação, não se buscou o seu aperfeiçoamento? Talvez as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), sejam o exemplo mais triste de perseguição a uma experiência sinodal.

Será que desejamos ser, de fato, uma Igreja de irmãos e irmãs como um todo, ou vamos procurar subterfúgios para justificar apenas posições de poder autoritário, de privilégios materiais, e até, infelizmente, de problemas afetivos sérios? Será que seremos capazes de não apenas ampliar mecanismos de consulta, mas de real compromisso com a participação de todo Povo de Deus? Será que poderemos, em breve, nos sentir parte integrante da Igreja Católica Apostólica Romana?

O Concílio Vaticano II foi chamado por muitos de volta às fontes. E de fato foi. Precisaremos, com persistência, lembrar que não se trata de algo absolutamente novo, mas de fidelidade ao Caminho. Seguidores do Caminho, assim os/as primeiros/as que tiveram a graça de encontrar o Senhor na história se chamavam. Esta é uma memória fundamental. E agora o Documento Preparatório para o Sínodo evidencia esta realidade com força.

Mesmo que os documentos tenham uma rigorosa clareza e fundamentação já começam a aparecer interpretações que diminuem a qualidade inclusiva que o Sínodo está propondo. É possível perceber isso quando se acentua o múnus episcopal de governar e ensinar, o que é verdade, mas praticamente não considerando que as pessoas consagradas neste grau do sacramento da ordem são parte do Povo de Deus. O clericalismo tem uma força cancerígena. Percebemos, já faz algum tempo, como tal perversão pode estar até mesmo no ministério do diaconato permanente. Sem generalizações, constata-se como o diácono casado que viveu, na maioria dos casos, a maior parte de sua vida no estado laical, pode rapidamente se colocar em posição clericalista. Dom Mauro demorou a ordenar diáconos casados, pois insistia que este deveria estar mais a serviço da caridade do que da liturgia.

O processo sinodal instalado por Dom Mauro foi, muitas vezes, acusado de prestigiar o laicato em detrimento do clero. Uma crítica absolutamente injusta. O que o irmão Morelli desejava era uma Igreja toda ela ministerial. Em uma Igreja assim há espaço e importância para todos, e todas



também, que desejam seguir, sinceramente, o Caminho de Jesus Cristo. O “e todas também” é apenas para lembrar que no interior do laicato são as mulheres ainda mais marginalizadas no exercício da ministerialidade, e por razões antropológicas e não teológicas. Chega a ser cômico negar ministérios as mulheres lembrando o fato de que Jesus de Nazaré foi um homem e não uma mulher.

Ora, falar de uma Igreja toda ela ministerial está na essência das pretensões do Concílio e em nada diminui o valor e a necessidade do ministério ordenado. Pelo contrário, recoloca a Igreja, como diz o DP, no interior de uma perspectiva constitutivamente sinodal. Não há diminuição da missão dos ordenados, sobretudo dos bispos, dentro de uma comunidade hierarquicamente estruturada, mas sim o aprofundamento de que, somente caminhando juntos e juntas, podemos ser, de fato, sacramento universal de salvação. A hierarquia precisa, como a própria etimologia da palavra indica, ser um *governo santo*.

Há ainda algo que também começa a ser ressaltado nas primeiras reflexões do processo sinodal. Trata-se de acentuar a dimensão da colegialidade episcopal como o principal conteúdo do processo. Sim, de novo, inegavelmente sínodos são instrumentos de aperfeiçoamento da colegialidade. Contudo, tal realidade deve ser exercida como Povo de Deus. Não há duas Igrejas: uma do Povo e outras dos Bispos.

Muitos insistem em afirmar, como já indicado, que a Igreja não é uma democracia. No entanto, mesmo não sendo uma democracia, nada impede que exista um método democrático de governar. Este método na Igreja se chama *sinodalidade*. O DP faz uma observação muito interessante quando começa a explicar o processo prático do Sínodo: “o seu objeto – a sinodalidade – é também o seu método”.

A colegialidade precisa ser reflexo deste método. O episcopado não pode se tornar uma espécie de câmara dos senadores romanos que decidem por sua conta e risco. Lembrando o episódio entre Pedro e Cornélio (At 10) o DP narra como Pedro tenta refutar o próprio Deus: “De modo algum, Senhor” (At 10,14). A lógica de Pedro não era inclusiva. Muito interessante. Há muito disso ainda na vida eclesial: pessoas que querem se colocar no lugar de Deus. Como tem dito frequentemente o Papa Francisco, podem fazer da Igreja uma alfandega, sempre prontos para fiscalizar erros. Que a Igreja seja reconhecida como Casa do Acolhimento e não como alfandega.

## Conclusão

Poderíamos elencar mais sete pontos, talvez vinte um. Mas fizemos uma escolha do que consideramos fundamental para outras possibilidades. Poderíamos, por exemplo, discorrer sobre o processo de nomeação de bispos. De escolha dos párocos das paróquias. Sobre o processo



de formação dos ministros ordenados. Poderíamos falar de quanto às mulheres não são reconhecidas em sua dignidade batismal. Poderíamos escrever sobre a necessidade de efetivamente considerar os diversos conselhos, preconizados pelo CIC, econômicos, diocesanos, paroquiais e comunitários, como instrumentos fundamentais de participação. Poderíamos apresentar as Assembleias Eclesiais como um espaço privilegiado de aprofundamento dos rumos pastorais e evangelizadores da Igreja. Enfim, uma grande lista.

Mas cremos ter chamado à atenção o suficiente para a compreensão de tomarmos a sinodalidade como uma questão fundamental para a Igreja no terceiro milênio. Assim sendo, a recuperação de uma Igreja essencialmente sinodal e ministerial pode ser um sinal luminoso daquilo que o Cristo deixou como legado. Que o Senhor da História, com a presença discreta, mas potente do Espírito, jogue um farol de luz sobre este processo. Que Ele nos anime a recuperar aquilo que os romanos diziam nos primeiros tempos sobre os seguidores do Caminho: “Veja como eles se amam”.

Que a oração composta por Dom Mauro Morelli, e que aqui reproduzimos um trecho, possa chegar, finalmente, aos ouvidos de Deus:

*Senhor, queremos viver no Teu amor e na fraternidade;  
queremos viver, na liberdade, nossa própria vida e caminhada;  
queremos ser uma terra de esperança e não de violência;  
queremos caminhar rumo ao céu, construindo uma terra nova.  
Abençoa nosso povo, Senhor!  
Derrama sobre nossas comunidades a luz e força do Santo Espírito.  
Ajuda nossa Igreja a viver o Sínodo  
como tempo de descoberta e de crescimento na Fé,  
tempo de participação e de compromisso,  
tempo de comunhão e de missão.  
Queremos ser uma Igreja de irmãos,  
VENHA A NÓS O TEU REINO E SEJA FEITA A TUA SANTA VONTADE. AMÉM.*

## Dados do autor

Doutor em teologia pela PUC-Rio. Assessor da Ampliada Nacional das CEBs e do Setor CEBs da Comissão do Laicato da CNBB.

Recebido em 04/11/2022

Aprovado em 12/11/2022